

Cabral diz ter pagado propina a chefe do MP-RJ em troca de proteção

O ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (MDB) afirmou em depoimento que pagou propina ao ex-procurador-geral de Justiça do estado Cláudio Lopes em troca de proteção judicial. Com o mesmo objetivo, Cabral disse ter nomeado membros do MP para desembargador do Tribunal de Justiça local, informa a *Globonews*.

Os citados afirmam que as declarações de Cabral são inverídicas e fruto de desespero por ele já ter sido condenado a quase 200 anos de prisão.

Alex Ferro/ Rio 2016



Sérgio Cabral já foi condenado a 198 anos de prisão por corrupção e lavagem
Alex Ferro/ Rio 2016

Segundo o ex-governador, Lopes votou pelo arquivamento de uma investigação no Conselho Superior do MP-RJ por corrupção contra ele em troca de apoio para assumir o comando da instituição. Depois disso, Cabral disse ter pago R\$ 200 mil ao procurador. Após Lopes tornar-se procurador-geral de Justiça, em 2009, teria passado a receber uma mesada de R\$ 150 mil. Em troca, o MP-RJ blindaria o então governador.

A defesa de Cláudio Lopes afirmou à *Globonews* que as declarações de Cabral não devem ser levadas a sério. Isso porque ele já apresentou diversas versões para os mesmos fatos, muitas vezes em contradição ao que disseram outros acusados e testemunhas. Além disso, os advogados de Lopes apontam que, desesperado e em busca de diminuir sua pena, Cabral pode dizer qualquer coisa.

Lopes foi [preso](#) preventivamente em novembro com base no depoimento do delator Carlos Miranda de que ele recebeu, de 2009 a 2012, R\$ 150 mil mensais de propina. Em dezembro, o ministro Sebastião Reis Júnior, do Superior Tribunal de Justiça, [revogou](#) a prisão por entender que não havia elementos concretos que justificassem a detenção, até porque ele estava afastado do MP-RJ.

Indicação de desembargadores

No mesmo depoimento, Sérgio Cabral contou ter nomeado dois desembargadores — Marcos André Chut e Sérgio Nogueira de Azeredo — ligados a outro ex-procurador-geral do Rio, Marfan Vieira, em

troca do arquivamento da investigação no episódio que ficou conhecido como a "farra dos guardanapos". Em 2009, Cabral, integrantes de seu governo e empresários foram fotografados com guardanapos na cabeça durante um jantar em Paris.

Marfan Vieira, em nota enviada à *Globonews*, afirmou que o depoimento de Cabral é contraditório e falso. "As imputações formuladas pelo ex-governador não coincidem com a cronologia dos fatos narrados e não merecem qualquer credibilidade."

O desembargador Sérgio Nogueira de Azeredo destacou que as datas e os fatos citados por Cabral não batem, o que demonstra que suas declarações são falsas. O magistrado também disse que o ex-governador já foi condenado a quase 200 anos de prisão e agora, "de forma leviana e irresponsável, arvora-se agora em arauto da moralidade para fazer, impunemente, inúmeras afirmações mentirosas e imputações caluniosas, obviamente sem qualquer lastro probatório".

Já o desembargador Marcos Chut ressaltou que o processo de escolha e sua posterior nomeação como desembargador ocorreram de maneira correta. Por isso, ele disse "repudiar veementemente" as declarações de Sérgio Cabral.

Date Created

03/05/2019